

26 ABR 1978

ESTADO DE SÃO PAULO

Brossard: Geisel supera Vargas em autoritarismo

Da sucursal de
BRASILIA

O líder da oposição no Senado, Paulo Brossard, afirmou ontem a propósito do processo sucessório nos Estados que "o general Geisel é a mais robusta encarnação do poder pessoal, em toda a história do País," a ponto de considerar em termos comparativos, Pedro I, Washington Luís e Getúlio Vargas "crianças em idade escolar, no tocante ao autoritarismo". Em seu terceiro pronunciamento desde que assumiu a liderança do MDB, Brossard sustentou que "os Estados estão reduzidos à condição de meras Capitânicas, cujos governos são concedidos aos donatários pelo Poder Central", indagando: "Hoje, qual a diferença entre o governador de São Paulo e o governador do Piauí? O ideal do Planalto é tudo reduzir à uniformidade das estepes, quando essa atrofia dos Estados debilita antes de tudo a Nação".

O senador sulista comentou, no pronunciamento, que o presidente Geisel "não gostou da desenvoltura do general Figueiredo — que avocara para si a escolha dos governadores — e entendeu de não abrir mão desse poder." Mais adiante, Brossard lembrou que Figueiredo "já se declarou contra a essência do pacote: é contra o "biónico", é a favor da eleição popular dos governadores, é contrário até ao modo como ele foi nomeado presidente".

CERIMONIAL

Para o líder emedebista, a escolha dos governadores, desta vez, foi feita sem ao menos contar com o cerimonial de 74, quando o então presidente da Arena "esbaforiu-se, andando pelos Estados atrás do 'consenso', ainda que este importasse às vezes na prévia exclusão do nome notoriamente preferido. Em 1978, nem isso: tudo se passou aqui e daqui não saiu. O Dr. Francelino não repetiu a maratona do seu antecessor na presidência da Arena. Se, num momento, foi dito que as convenções estaduais seriam livres em suas escolhas, logo ficou claro, definitivo e irreversível, que a escolha seria feita aqui e só aqui. O papel das convenções será o de aprovar a escolha do Planalto e nada mais".

Brossard observou que, "nessa inqualificável cena pseudo-eleitoral, até o grande Estado de São Paulo se viu convertido em Capitania e aguarda o seu Martin Afonso de Souza, a ser despachado da corte. Se isso sucede em relação a São Paulo, que se dizer em relação a outros Estados, que longe estão da importância do Estado, líder da chamada Federação Brasileira?"

Para ele, o processo da indicação dos governadores é "o fruto de arbítrio, progressivamente praticado, ou o resultado do abandono aos ideais de 1964." Lembrando que, "quando alguém se rebelou contra esse crime contra a Nação, logo passa a malvisto, a suspeito ou a subversivo. Foi para isso que se fez o movimento de 64? O chefe Civil da Revolução, Magalhães Pinto, diz que não. A oficialidade moça, pela voz do tenente-coronel Tarcísio Ferreira, também diz que não".

Depois de mencionar o caso de São Paulo, que constava do discurso escrito, Brossard acrescentou de improviso uma indagação sobre a escolha do futuro dirigente de Minas Gerais (ontem à tarde, insistia-se que o indicado seria o presidente da Arena, Francelino Pereira):

— E para Minas Gerais? Qual o estadista que vai ocupar o governo daquele estado, para fazer sombra a João Pinheiro, Antônio Carlos e Milton Campos?

O senador Magalhães Pinto, um dos poucos arenistas presentes em plenário, acenou com a cabeça, concordando com a colocação de Paulo Brossard.

ECONOMIA

Ao mencionar, na segunda metade de seu discurso, que os ministros da área econômica são quase todos banqueiros, disse o senador pelo Rio Grande do Sul que "essa gente está de tal forma fora da realidade que não vê a face das coisas e se apraz em fazer ironias diante da carestia que martiriza o povo". Acrescentou que, além disso, "os mesmos irônicos ministros dão ao caso do Banco Econômico a solução escandalosa que, em outros tempos, teria posto por terra os seus agentes e que agora não chega a ferir a sensibilidade do chefe do governo, responsável pelo que ocorre no governo e especialmente no que concerne

a composições em que estão envolvidos ministros de Estado".

Brossard lembrou uma frase do ministro Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e do Comércio ("é distribuir equitativamente a infelicidade"), com que, segundo o parlamentar, teria o titular daquela pasta anunciado, com essa citação, o assunto que mais preocupa o governo.

— O autor dessa sentença lapidar, que lembra uma inscrição romana — notou Brossard — foi presidente do Banco do Brasil e é ministro da Indústria e do Comércio. "É pessoa de largos cabedais, bastando lembrar que disputou com o Bradesco a aquisição do centenário Banco da Bahia. Não é segredo que tem o domínio do Banco Econômico. Pois coube ao sr. Ângelo Calmon de Sá anunciar, na véspera do Ano Novo, que a preocupação do governo" é distribuir equitativamente a infelicidade.

A seguir, o senador lembrou que, no caso dos cheques administrativos do Banco Econômico, prevaleceu a solução alviada pelo ministro da Fazenda, colega do ministro da Indústria e do Comércio, "graças à qual o Banco Central sem correção monetária e ao juro de 12% ao ano, com um prazo de 24 meses, entraria com 200 milhões de cruzeiros para que as instituições financeiras envolvidas na brincadeira aplicassem à taxa de mercado esses 200 milhões, para, ao cabo de dois anos, pagarem ao Banco Central com o dinheiro do Banco Central".

Assinalou Paulo Brossard que, "numa questão em que é beneficiário um ministro de Estado, por decisão de outro ministro de Estado, à custa do dinheiro de todos, o presidente da República não vê um caso de malversação de dinheiros públicos e enriquecimento ilícito, como sustentou em editorial o *Jornal da Tarde*".

Quase no final de seu pronunciamento, Brossard comentou a tese da anistia, dizendo: "Queram ou não os profissionais do poder e seus sequazes, a questão da anistia está ajuizada no foro da consciência nacional; ela está nas ruas e na imprensa, na linguagem dos prelados e na voz da oposição; militares ilustres, oficiais gerais, o presidente da OAB, como o presidente do Instituto dos Advogados".